



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 713541
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdição: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG e Prefeitura Municipal de Espera Feliz

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, por meio da Portaria n. 2009/05, em virtude da omissão da prestação de contas do convênio n. 30.281/2004, firmado com a Prefeitura de Espera Feliz, cujo objeto era a execução de obras de pavimentação de ruas e avenidas do município.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Primeira Câmara de 09/12/2014 (f. 406), os conselheiros reconheceram, na prejudicial de mérito, a prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas, e, no mérito, determinaram a restituição ao erário estadual solidariamente pelos Srs. Tarcício Maria de Lacerda e Jadir Silva Vidal, Prefeitos à época de execução do convênio, no valor de R\$118.948,00 (cento e dezoito mil novecentos e quarenta e oito reais), referente ao valor do material betuminoso fornecido pelo DER à Prefeitura de Espera Feliz.

A decisão transitou em julgado em 05/04/2016, conforme certificado à f. 417.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas as Certidões de Débito n. 87/2018 (f. 464/464v) e n. 88/2018 (f. 465/465v), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 713541R1028, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2018.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015